

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente
Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 5º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3529-9234
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Operação Lava-Jato

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Ainda conforme referida Nota Explicativa nº 1, no contexto dessas investigações, o ex-Diretor Presidente da Companhia, atualmente destituído do cargo, foi conduzido coercitivamente para prestar esclarecimentos à Polícia Federal do Brasil, tendo sido liberado imediatamente.

Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Ênfase –Reequilíbrio econômico financeiro extraordinário do contrato de concessão

Sem modificar nossa opinião, chamamos atenção ao assunto descrito na Nota Explicativa nº1, a respeito do processo judicial movido pela Companhia contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro visando o reequilíbrio econômico financeiro, em caráter extraordinário, do contrato de concessão em virtude do aumento excessivo das tarifas de energia elétrica. Encontra-se registrado no ativo não circulante na rubrica “Contas a receber”, o montante de R\$ 86,9 milhões (R\$ 54,5 milhões em 31 de dezembro de 2016) correspondente ao valor da parcela do desequilíbrio econômico financeiro da conta de energia elétrica do período iniciado em dezembro de 2015 a dezembro de 2017, cuja obrigação de ressarcimento/pagamento deve ser atribuída ao Governo do Estado do Rio de Janeiro. Esse desequilíbrio é derivado do aumento de tarifas acima da inflação decorrente de políticas de regulação de preços mínimos realizadas em anos anteriores e da implantação do sistema de bandeiras tarifárias aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 2014, onde o preço unitário da tarifa não previa tal diferenciação no consumo de energia, sendo que a Companhia ingressou com medida judicial visando o ressarcimento e recomposição da margem do contrato de concessão. Os assessores jurídicos da Companhia avaliam a chance de perda como “remota”. Contudo, o recebimento dos recursos está vinculado às negociações entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro mediante negociação entre as partes e/ou decisão judicial do processo que tramita na Vara de Fazenda Pública.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.3, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi identificada reclassificação contábil de competência do exercício anterior referente ao saldo a receber decorrente do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão sobre as faturas de energia elétrica. Desta forma, o valor correspondente relativo às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentado para fins de comparação, foi reclassificado e está sendo reapresentado como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho

Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

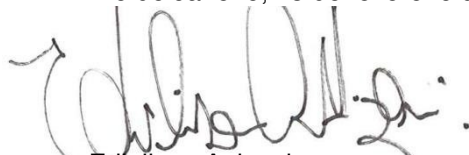
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2018.



Ednilson Attizani
CRC 1SP293.919/O-7 "S" RJ

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" RJ

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Balço Patrimonial Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)		2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2016 (reapresentado)
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	27	2.573	518	3.296	Fornecedores (Nota 10)	75.609	79.851	75.742	80.013
Contas a receber (Nota 7)	92.593	75.247	99.360	83.416	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	86.926	61.460	86.926	67.209
Estoques	12.543	16.366	12.543	16.366	Salários e encargos sociais	25.685	30.597	25.685	30.597
Sociedades ligadas (Nota 21)	135.750	148.700	104.478	122.683	Parcelamentos (Nota 13)	17.700	17.700	17.700	17.700
Outros ativos	11.232	11.186	11.586	11.410	Concessão a pagar (Nota 11)	3.572	3.572	3.572	3.572
					Sociedades ligadas (Nota 21)	-	46.064	-	46.064
					Outros passivos	22.934	17.904	23.022	18.038
	<u>252.145</u>	<u>254.072</u>	<u>228.485</u>	<u>237.171</u>		<u>232.426</u>	<u>257.148</u>	<u>232.647</u>	<u>263.193</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 2.10)	4.582	4.582	29.712	29.712					
	<u>256.727</u>	<u>258.654</u>	<u>258.197</u>	<u>266.883</u>	Não circulante				
Não Circulante					Fornecedores (Nota 10)	86.855	54.520	86.855	54.520
Contas a receber (Nota 7)	141.115	104.637	141.115	104.637	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.257.054	1.317.207	1.257.054	1.317.643
Tributos diferidos (Nota 14)	85.282	105.681	85.282	105.681	Parcelamentos (Nota 13)	8.306	26.316	8.306	26.316
Depósitos compulsórios e judiciais (Nota 16)	27.110	14.525	27.153	14.535	Concessão a pagar (Nota 11)	18.878	22.017	18.878	22.017
	<u>253.507</u>	<u>224.843</u>	<u>253.550</u>	<u>224.853</u>	Provisão para contingências (Nota 16)	25.366	36.572	25.366	36.572
					Sociedades ligadas (Nota 21)	252.782	142.345	252.782	142.345
					Outros passivos	140	-	140	-
						<u>1.649.381</u>	<u>1.598.977</u>	<u>1.649.381</u>	<u>1.599.413</u>
Investimentos (Nota 8)	1.763	2.355	-	-	Patrimônio líquido				
Intangível (Nota 9)	1.572.561	1.544.819	1.573.032	1.545.416	Capital social integralizado (Nota 15)	359.300	359.300	359.300	359.300
	<u>1.827.831</u>	<u>1.772.017</u>	<u>1.826.582</u>	<u>1.770.269</u>	Reserva de capital	11	11	11	11
					Prejuízos acumulados	(156.560)	(184.765)	(156.560)	(184.765)
						<u>202.751</u>	<u>174.546</u>	<u>202.751</u>	<u>174.546</u>
Total do ativo	<u>2.084.558</u>	<u>2.030.671</u>	<u>2.084.779</u>	<u>2.037.152</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>2.084.558</u>	<u>2.030.671</u>	<u>2.084.779</u>	<u>2.037.152</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Operações				
Receitas (Nota 17)	741.003	807.717	752.932	825.247
Custos dos serviços prestados (Nota 18)	(386.436)	(384.792)	(392.726)	(387.022)
Custo de construção	(97.930)	(186.586)	(97.930)	(186.738)
Lucro bruto	256.637	236.339	262.276	251.487
Despesas com vendas	(2.586)	(1.302)	(2.586)	(1.999)
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(67.806)	(78.463)	(72.632)	(87.330)
Outras despesas, líquidas	(3.623)	(3.593)	(5.140)	(4.996)
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8)	(592)	2.170	-	-
Lucro operacional	182.030	155.151	181.918	157.162
Receitas financeiras (Nota 20)	10.794	19.832	11.459	20.243
Despesas financeiras (Nota 20)	(145.671)	(148.289)	(146.066)	(149.938)
Resultado financeiro	(134.877)	(128.457)	(134.607)	(129.695)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.153	26.694	47.311	27.467
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)				
Corrente	-	-	(158)	(773)
Diferidos	(18.948)	2.178	(18.948)	2.178
Lucro líquido do exercício	28.205	28.872	28.205	28.872
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	0,7437	0,7613		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração do resultado abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	28.205	28.872	28.205	28.872
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	28.205	28.872	28.205	28.872

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido – Exercício findo em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 01 de janeiro de 2016	379.240	(19.940)	11	(213.637)	145.674
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.872	28.872
Em 31 de dezembro de 2016	379.240	(19.940)	11	(184.765)	174.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.205	28.205
Em 31 de dezembro de 2017	<u>379.240</u>	<u>(19.940)</u>	<u>11</u>	<u>(156.560)</u>	<u>202.751</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.153	26.694	47.311	27.467
Ajustes				
Amortização	64.489	54.509	64.617	54.619
Despesas financeiras	134.877	128.457	134.607	129.695
Provisão (reversão) para contingências	1.919	11.290	1.919	11.290
Equivalência patrimonial	592	(2.170)	-	-
Prejuízo na baixa de intangível	2	92	2	92
	201.879	192.178	201.145	195.696
Variação nos ativos e passivos				
Estoques	3.823	1.873	3.823	1.873
Contas a receber de clientes	(112.786)	(80.846)	(111.208)	(78.650)
Outros recebíveis	(6.224)	31.948	(5.764)	34.540
Fornecedores	58.906	(18.432)	65.386	(6.458)
Outras obrigações	(20.307)	(23.412)	(22.378)	(34.759)
	(76.588)	(88.869)	(70.141)	(83.454)
Caixa gerado pelas operações	172.444	130.003	178.315	139.709
Juros pagos	(115.913)	(117.969)	(118.852)	(122.142)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(137)	(638)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	56.531	12.034	59.326	16.929
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adições do ativo intangível	(55.524)	(118.282)	(55.524)	(118.434)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(55.524)	(118.282)	(55.524)	(118.434)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Obtenção de empréstimos	-	153.606	-	153.606
Pagamentos de empréstimos	(53.860)	(160.982)	(56.887)	(166.171)
Obtenção de recursos de sociedades ligadas (Nota 21 (ii e iv))	50.307	116.152	50.307	116.152
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	(3.553)	108.776	(6.580)	103.587
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(2.546)	2.528	(2.778)	2.082
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	2.573	45	3.296	1.214
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27	2.573	518	3.296

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Companhia" ou "Concessionária") é uma empresa nacional, constituída em 2 de setembro de 1998, detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores ("Contrato"), no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo inicial de 25 anos, renovável por igual período. As operações da Companhia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

A sede social da Companhia está localizada na Rua da América, 210 - Santo Cristo - Rio de Janeiro - RJ.

As atividades da Companhia, tanto em termos de qualidade do serviço, como de fixação tarifária, estão sujeitas ao controle da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (AGETRANSP), com exceção das eventuais iniciativas comerciais que forem realizadas nos imóveis abrangidos pela concessão.

Em 28 de junho de 2007, foi assinado o aditamento nº VI ao Contrato de Concessão, estabelecendo mudanças nas obrigações de natureza civil e trabalhista. Estas mudanças referem-se principalmente à obrigação do Estado do Rio de Janeiro no ressarcimento de valores liquidados pela Companhia relativos aos processos que envolvam sucessão.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, sendo os principais pontos descritos a seguir:

Prazo de concessão - O contrato, cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, fica, prorrogado até o dia 31 de outubro de 2048.

Reajuste de tarifas - As tarifas são reajustadas anualmente, com base na variação do IGP-M publicado pela FGV ocorrida no período de 12 meses imediatamente anteriores, calculado no mês de novembro de cada ano.

A tarifa será objeto de revisão ordinária que independentemente do reajuste tarifário previsto no item anterior e ocorrerá a cada 5 anos ou extraordinária. A revisão extraordinária dar-se-á a qualquer momento na ocorrência de circunstâncias que altere o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Reequilíbrio ordinário quinquenal do Contrato de Concessão - Em maio de 2015, em conformidade ao previsto no Contrato de Concessão na sua cláusula sétima, b, parágrafo 13, a Companhia ingressou na AGETRANSP com o 3º Pleito de Revisão Ordinária Quinquenal.

Em novembro de 2016, através da deliberação nº 873/2016, ratificada pela deliberação nº 893/2017, mantida pela Deliberação nº 893/2017 (publicada em fevereiro de 2017), a AGETRANSP reconheceu a existência de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato de Concessão, e homologou a recomposição da equação econômico-financeira do Contrato através de ajuste na tarifa.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 02 de fevereiro de 2017, através da deliberação AGETRANSP n° 888 foi autorizado o reajuste da passagem para R\$ 4,20, tarifa esta que contempla o reequilíbrio ordinário quinquenal acima descrito e o reajuste ordinário anual, com base no IGP-M. Em 02 de fevereiro de 2018, através da deliberação AGETRANSP n.º 1006 foi autorizado a manutenção da passagem em R\$ 4,20, decorrente do reajuste anual ordinário.

Preço da Concessão - O preço total da outorga da Concessão objeto do aditivo, entendido como o valor devido em decorrência de sua prorrogação pelo prazo de 25 anos é de R\$1.240.990 (um bilhão duzentos e quarenta milhões e novecentos e noventa mil reais), cuja composição está apresentada nos Anexos I e II do aditivo n° VIII do Contrato de Concessão, que sucintamente cita:

- O preço da outorga é pago pela Concessionária por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos, tais como aquisição de trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, etc. Estes investimentos gerarão novas receitas para a Companhia. Sendo certo que estes investimentos, além de atender ao interesse público primário, desonera o Estado da obrigação de realizar tais investimentos no sistema.
- Os investimentos pagos ao Estado são realizados sem majoração da tarifa em vigor e tampouco considerados para efeito de revisão tarifária.

Bens reversíveis - São considerados bens reversíveis, para os fins do aditivo e do Contrato, todos os bens destinados e vinculados à prestação dos serviços objeto da concessão, independentemente de serem propriedade da Flumitrens, Central, Estado ou da Concessionária, a qualquer tempo.

Sucessão - O Estado, em cumprimento à cláusula 24 do Contrato de Concessão, consolidada na cláusula 22 do Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, reconhece que os fatos havidos em data anterior à tomada de posse não serão de responsabilidade da Concessionária.

Demais aditivos ao Contrato de Concessão

Em 25 de agosto de 2014, foi assinado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto a permuta de investimentos previstos no Oitavo termo Aditivo, no valor de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), onde a Companhia deixa de adquirir 10 novos trens e reformar 41 trens antigos e se compromete a reformar seis estações ferroviárias estratégicas para a realização dos Jogos Olímpicos, promovido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) que foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016, em troca do compromisso do Estado do Rio de Janeiro em adquirir 22 novos trens. As estações ferroviárias foram as de São Cristóvão, Deodoro, Magalhães Bastos, Vila Militar, Ricardo de Albuquerque e Engenho de Dentro.

Em 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão, exerceu o direito estabelecido em contrato com o consórcio chinês liderado pela China National Machinery Import & Export Corp para a compra de mais 10 (dez) trens, que foram entregues pelo Estado em 2016. Também em cumprimento a obrigação estabelecida no Nono Termo aditivo ao Contrato de Concessão o Governo do Estado do Rio de Janeiro licitou a compra de 12 (doze) trens. O vencedor foi a Alstom Brasil Energia e Transportes S.A, com previsão de entrega pelo Estado até o final de 2018.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 21 de dezembro de 2017, foi assinado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para a exploração dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros, tendo como objeto permitir a realização de investimentos feitos pela Companhia ou sua controlada ou terceiro contratado por esta na exploração contínua de fontes de receitas alternativas, acessórias ou de projetos associados, inclusive decorrente de exploração de centro de compras, serviço de lazer na configuração administrativa autônoma de shopping center ou empreendimento imobiliário nos bens reversíveis de demais áreas integrantes da Concessão. Este aditivo dá segurança jurídica a investimentos realizados por terceiros, que poderão explorar as receitas acessórias até o prazo final da Concessão.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou excesso de passivo circulante sobre ativo circulante no montante de R\$ 4.162 no consolidado (31 de dezembro de 2016 R\$ 3.076 controladora e R\$ 26.022 consolidado) para minimizar o efeito do capital circulante líquido negativo a Companhia tem a expectativa de que o caixa gerado pelas operações do ano de 2018 seja suficiente para cobrir este capital circulante líquido negativo.

Desequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão

Em 2014 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou aumentos extraordinários na tarifa de energia elétrica bem como a instituição das chamadas “Bandeiras Tarifárias”. Tal aumento extraordinário na tarifa de energia desencadeou o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão por ser a energia elétrica um dos principais insumos na operação do sistema de transporte ferroviário. Em 28 de novembro de 2014, conforme disposto na cláusula sétima, B, parágrafo 13, do Contrato de Concessão, a Companhia ingressou junto AGETRANSP com pedido de revisão extraordinária do Contrato de Concessão. Em junho de 2015, através da Deliberação 678/2015 a AGETRANSP reconheceu o direito da Companhia e recomendou que o Poder Concedente adotasse medidas compensatórias para reequilibrar a Companhia.

Em 28 de dezembro de 2015, o Governo do Estado do Rio de Janeiro – (“ERJ”), editou o Decreto lei nº 7.173/2015 que “Dispõe sobre o resgate, pelo Estado do Rio de Janeiro, de obrigações da Supervia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. oriundas do fornecimento de energia elétrica e autoriza sua compensação com créditos tributários já constituídos ou que venham a ser constituídos contra a Light S.E.S.A.”. Dessa forma, o montante da dívida da Companhia, até o mês de novembro de 2015, no valor de R\$ 39 milhões decorrente das faturas de energia elétrica pagas parcialmente, foi liquidado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro perante o concessionário de energia.

Contudo, a continuidade do desequilíbrio do Contrato de Concessão, após novembro de 2015, levou a Companhia a demandar novamente a AGETRANSP, que por sua vez, reconheceu a manutenção do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, e como consequência atestando o direito da Companhia ao reequilíbrio do Contrato.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia decidiu por ingressar com ação na 16ª Vara de Fazenda Pública, através do processo 0394553-02.2016.8.19.0001, com o objetivo de demandar o ERJ quanto a solução para o reequilíbrio extraordinário do Contrato de Concessão, processo no qual a Light foi incluída no polo passivo da ação, uma vez que a partir de janeiro de 2017 a Companhia vem realizando o pagamento parcial das faturas de energia elétrica, com base nos critérios estabelecidos pela nota técnica nº 18, de 21 de dezembro de 2015, emitida pela AGETRANSP a fim de determinar a parcela devida pela Companhia e a parcela de responsabilidade do ERJ.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 03 de maio de 2017, a 16^o Vara de Fazenda Pública reconheceu que há um desequilíbrio econômico financeiro no contrato de concessão, contudo, negou liminar com antecipação de tutela para que o ERJ assumisse o valor a pagar para a concessionária de energia elétrica, pois o ERJ encontrava-se em crise financeira e não vem conseguindo honrar em dia seus compromissos com o funcionalismo público. Na visão do judiciário, faz necessário analisar a fundo tal questão, sendo prudente o diálogo entre todos os envolvidos.

Em 29 de setembro de 2017, a 16^a Vara de Fazenda Pública intimou a AGETRANSP pelo Ofício 131/2017/OF a se pronunciar no sentido de que fosse informado se as revisões extraordinária e ordinária do contrato de concessão celebrado entre a SUPERVIA e o ERJ, foram efetivas no sentido de estabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do mesmo. Em 30 de outubro de 2017, a AGETRANSP emitiu o OF. AGETRANSP/PGA n^o 038/17, onde informou que o equilíbrio do contrato foi efetivado até novembro de 2015. A Administração da Companhia entende que esse ofício reforça o entendimento que o ERJ é o devedor da diferença da fatura emitida pelo concessionário de energia elétrica, cujo montante em desequilíbrio até a data base 31 de dezembro de 2017 é de 86.855 (R\$ 54.520 em 2016) (Nota 7) reconhecidos nas demonstrações contábeis na rubrica “Contas a receber” no Ativo não circulante.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda da ação é considerada remota.

4^a Vara Empresarial – Pedido de falência movido pela Light contra a Companhia

Em 19 de dezembro de 2016, a Light ingressou com pedido de falência contra a Companhia através do processo 0434451-22.2016.8.19.0001, alegando a insolvência da Companhia pelo não pagamento de parte das faturas de energia elétrica relativas ao segundo semestre de 2016, as quais já eram objeto de discussão no processo 0394553-02.2016.8.19.0001 que tramita na 16^a Vara de Fazenda acima descrito.

Em 28 de novembro de 2017, a ação foi julgada e o pedido de falência impetrado pela Light foi considerado improcedente. A Companhia ajuizou pedido para resgate do depósito judicial efetivado no valor de R\$ 12.541 (Nota 16 (c) (ii)).

Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato, que investiga, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. No contexto dessas investigações, foram executados mandados de busca e apreensão nas dependências dessas empresas do Grupo Odebrecht, bem como mandados de prisão de natureza cautelar, bem como condução coercitiva de executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht.

Em 1^o de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do Grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, homologado pela 5^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, bem como pelo juízo da 13^a Vara Federal em Curitiba. Nesse Acordo, a Odebrecht S.A., responsabilizou-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. Este acordo é parte de um acordo global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, norte-americana e suíça, no âmbito do qual a Odebrecht S.A. se compromete a pagar o valor global

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

equivalente a R\$ 3,8 bilhões em 23 anos, corrigido pela taxa Selic, em condições específicas determinadas no próprio Acordo.

Ainda em relação à “Lava Jato”, o Supremo Tribunal Federal homologou, em 30 de janeiro de 2017, as colaborações premiadas de 77 executivos, e ex-executivos do Grupo Odebrecht. O ex-presidente da Controladora indireta da Companhia (Odebrecht TransPort S.A.) é um dos colaboradores. Até o presente momento, o conteúdo das colaborações é objeto de investigação por parte das autoridades brasileiras, sendo que parte do sigilo em relação ao conteúdo das delações foi levantado pelo Min. Fachin, do Supremo Tribunal Federal, em 11 de abril de 2017.

A Odebrecht S.A. se comprometeu a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos Artigos 41 e 42 do Decreto nº 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Companhia alterou a estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do Chief Compliance Officer (CCO), que responde diretamente para o Comitê de Conformidade. Este Comitê e o CCO da Odebrecht TransPort apoiam a Companhia na efetivação do Programa de Conformidade.

Adicionalmente, a Odebrecht TransPort (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (é signatária do Pacto pela Integridade do Instituto Ethos); (ii) aprovou a Nova Política sobre Conformidade com a Atuação Ética, Íntegra, e Transparente, a qual trata de temas como Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, Patrocínio e Doações, dentre outros, e está a implementando em todas as suas empresas controladas; (iii) realizou, em 2016, treinamento sobre a Nova Política de Conformidade, bem como elaborou plano anual de treinamentos para 2017 dos temas da nova política e instruções decorrentes.

Na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se será afetada pelos resultados do referido Acordo e por

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

A emissão dessas demonstrações contábeis consolidadas da SuperVia foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2018.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas e individuais estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiro.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e de sua controlada no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

(b) Moeda funcional de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (controladora) e sua controlada SC Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada SuperVia Comercial S.A.).

Nas demonstrações contábeis consolidadas foram eliminados os investimentos na proporção da participação da Companhia no patrimônio líquido e nos resultados da controlada, os saldos ativos, passivos, as receitas e as despesas entre as empresas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nas demonstrações contábeis individuais, a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais, quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.3 Reapresentação das demonstrações contábeis

No intuito de uma melhor apresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a reapresentação das demonstrações contábeis no que tange exclusivamente aos créditos decorrentes do desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão sobre as faturas de energia elétrica conforme quadros a seguir:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Circulante	258.654	-	258.654	266.883	-	266.883
Não Circulante						
Contas a receber (a)	50.117	54.520	104.637	50.117	54.520	104.637
Outros	1.667.380	-	1.667.380	1.665.632	-	1.665.632
	1.717.497	54.520	1.772.017	1.715.749	54.520	1.770.269
Total do ativo	1.976.151	54.520	2.030.671	1.982.632	54.520	2.037.152

Passivo e patrimônio líquido	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Circulante						
Fornecedores	79.851	-	79.851	80.013	-	80.013
Outros	177.297	-	177.297	183.180	-	183.180
	257.148	-	257.148	263.193	-	263.193
Não circulante						
Fornecedores (b)	-	54.520	54.520	-	54.520	54.520
Outros	1.544.457	-	1.544.457	1.544.893	-	1.544.893
	1.544.457	54.520	1.598.977	1.544.893	54.520	1.599.413
Patrimônio líquido	174.546	-	174.546	174.546	-	174.546
Total do passivo e patrimônio líquido	1.976.151	54.520	2.030.671	1.982.632	54.520	2.037.152

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	26.694	-	26.694	27.467	-	27.467
Ajustes que não afetam o caixa	192.178	-	192.178	195.696	-	195.696
Variação nos ativos e passivos						
Contas a receber de clientes (a)	(26.326)	(54.520)	(80.846)	(24.130)	(54.520)	(78.650)
Fornecedores (a)	(72.952)	54.520	(18.432)	(60.978)	54.520	(6.458)
Outros	10.409	-	10.409	1.654	-	1.654
	(88.869)		(88.869)	(83.454)		(83.454)
Caixa gerado pelas operações	130.003	-	130.003	139.709	-	139.709
Juros pagos	(117.969)	-	(117.969)	(122.142)	-	(122.142)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(638)	-	(638)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	12.034	-	12.034	16.929	-	16.929
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(118.282)	-	(118.282)	(118.434)	-	(118.434)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	108.776	-	108.776	103.587	-	103.587
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	2.528	-	2.528	2.082	-	2.082
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	45	-	45	1.214	-	1.214
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.573	-	2.573	3.296	-	3.296

- (a) Corresponde a parcela a receber decorrente do desequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão derivado do aumento das tarifas praticadas pelo concessionário de energia elétrica calculado conforme Nota técnica nº18/2015 da AGETRANSP.
- (b) Corresponde a parcela em discussão com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, cujo processo judicial tramita na 16ª Vara de Fazenda, conforme detalhado na Nota 1.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam todos ativos sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e de sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes", "Sociedades ligadas", "Depósitos compulsórios e judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 6).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.5.3 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro não é recuperável. Um ativo financeiro é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante.

2.6 Passivos financeiros

2.6.1 Classificação, reconhecimento inicial e mensuração passivos financeiros

A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, concessões a pagar e sociedades ligadas. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

2.6.2 Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado (opção de valor justo no reconhecimento inicial).

2.6.3 Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.6.4 Debêntures

As debêntures emitidas pela Companhia estão contabilizadas a valor de custo, atualizados monetariamente de acordo com o método de taxa efetiva, acrescidos de variações monetárias, conforme variação do IPCA + 7,5% ao ano.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de usuários e poder concedente pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de usuários são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD").

2.8 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante, pois são utilizados em menos de 12 meses.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado, ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.10 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia, esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota 16).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes da Companhia referem-se a terrenos localizados no Estado do Rio de Janeiro e são classificados como ativos mantidos para venda. A Companhia entende que seu valor contábil é recuperável e estão contabilizados pelo valor de custo de aquisição. Esses terrenos encontram-se em processo de venda e a Administração da Companhia estima que a conclusão da negociação ocorra em 2018. Uma vez classificados com bens disponíveis para venda, os ativos não são amortizados.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência dos contratos de concessão são registrados em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“ICPC 01”) e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (“OCPC 05”), correlacionadas à norma interpretativa internacional IFRIC 12 - Contrato de Concessão.

Os ativos intangíveis são registrados com base no valor justo dos investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infra-estrutura, e são reconhecidos a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados nas operações da Companhia e, até este momento, os investimentos realizados são classificados como intangível em construção.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia e sua controlada, em função da curva de demanda de passageiros. Informações adicionais sobre a contabilização de ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão são apresentadas na Nota 9.

(b) Direitos de outorga da concessão

O direito de explorar a concessão, oriundo do contrato cujo prazo inicial de vigência encerrava-se no dia 31 de outubro de 2023, foi reconhecido na rubrica "Outorga da concessão", no ativo intangível. As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros estão registradas no passivo circulante e não circulante (Nota 11).

A amortização do direito de outorga da concessão é calculada linearmente com base no prazo da concessão.

O direito de outorga decorrente do oitavo aditivo contratual, conforme referido na Nota 1, que prorrogou o Contrato para 31 de outubro de 2018, no qual o preço da outorga é pago pela Companhia por meio de dação em pagamento através da realização de investimentos ao longo do prazo previsto no aditivo, é tratado como contrato de execução, e, desta forma, reconhecido no ativo intangível à medida que os investimentos são efetuados (Nota 9).

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de até 5 anos.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo intangível e um passivo de financiamento (arrendamento). O intangível adquirido nos arrendamentos financeiros é amortizado pelas taxas definidas na Nota 9.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As mesmas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.16 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadorias

A Companhia e sua controlada oferece aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da Companhia cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no passivo circulante. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

(b) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros com base em regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia.

2.17 Reconhecimento da receita

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e sua controlada, conforme descrição a seguir. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receitas de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

Receita de construção é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber referente aos investimentos realizados, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário (Nota 17 (a)). A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem, que é próxima à zero, pois não há operação nos ativos enquanto estão sendo construídos.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.18 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

IFRS 9 / CPC 48- "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção;

IFRS 15 / CPC 47- "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 10 de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção; e

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil" - com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social corrente, estão contempladas a seguir.

(a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro e não financeiros ou grupo de ativos financeiros e não financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas pela administração, evidências objetivas que

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

pudessem justificar o registro de perdas de *impairment*, tanto para os ativos financeiros quanto para os não financeiros.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. As alíquotas desses tributos são definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisões para contingências e depósitos judiciais

A Companhia estima e atualiza as provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos, com base no histórico de desfechos em seus processos e em taxa média de êxito calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão através da projeção de curva de passageiros, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A administração reconhece que este método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado da demanda e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidade, contas a receber, contas a pagar e fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

(b) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Investimento

Consiste em investimento em controlada de capital fechado, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

(d) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos têm suas taxas substancialmente atreladas à variação da TJLP, IPCA e CDI e os valores contábeis aproximam-se do valor de mercado.

(e) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

A Diretoria Financeira é responsável por examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(f) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Pela natureza de operação da Companhia, os recursos arrecadados com as vendas decorrem do volume de passageiros transportado por mês e cobrem os pagamentos em prazo médio de aproximadamente 30 dias.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)				
Fornecedores e outros passivos *	92.545	54.520	-	-
Concessão a pagar	3.572	4.261	6.392	11.364
Empréstimos e financiamentos	67.209	179.226	299.474	838.944
Parcelamentos	17.700	26.316	-	-
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores e outros passivos*	89.396	86.855	-	-
Concessão a pagar	3.572	3.654	5.481	9.743
Empréstimos e financiamentos	86.926	203.331	304.778	748.945
Parcelamentos	17.700	8.306	-	-

*excluem-se os valores de tributos e contribuições a pagar no montante de R\$ 9.508 (2016 - R\$ 5.506).

(g) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

(h) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira em contas a pagar à fornecedores e adiantamento à fornecedores.

(i) Risco de crédito

Segundo avaliação da administração da Companhia, esse risco é substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos com a Companhia. Com relação aos demais recebíveis a administração considera baixo o risco de não liquidação.

A Companhia monitora seus recebíveis frequentemente e, havendo indicativo de risco de não recebimento, efetua provisão para perda.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Cálculo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”)

A Companhia está sujeita, no seu empréstimo com BNDES e nas Debêntures a *covenants* financeiros referente ao índice de cobertura do serviço da dívida. O cálculo do mesmo pode ser sumariado:

$$\text{Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)} = \frac{\text{EBITDA (a)}}{\text{Serviço da Dívida (b)}}$$

- (a) EBITDA: Resultado operacional antes das despesas financeiras e imposto de renda, acrescido da depreciação e amortização; e
- (b) Serviço da Dívida: Amortização de Principal + Pagamento de Juros excetuando amortização de principal e pagamento de juros de dívidas originalmente de curto-prazo renegociadas.

	Consolidado	
	2017	2016
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido e dos tributos sobre o lucro (i)	181.918	157.162
Amortização (ii)	64.617	54.619
EBITDA	246.535	211.781

(i) Para efeito de cálculo do resultado operacional o item “despesas financeiras” foi entendido como “resultado financeiro líquido” e o item “imposto de renda” como “Imposto de renda e Contribuição social”.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não foram registradas despesas de depreciação, apenas amortização do intangível.

Cálculo do Serviço da Dívida:

	2017	2016
Amortização de Principal (i)	56.887	39.712
Amortização de Juros	118.852	122.142
Serviço da Dívida	175.739	161.854

(i) Excetua-se amortização de principal de dívidas originalmente de curto prazo renegociadas (2016 – R\$ 126.458).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Cálculo do ICSD:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
EBITDA	246.535	211.781
Serviço da Dívida	<u>175.739</u>	<u>161.854</u>
ICSD	<u>1,4</u>	<u>1,3</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia encontra-se adimplente com os *convenants* financeiros no seu empréstimo com o BNDES e nas Debêntures (Nota 12).

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia e sua controlada monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. O índice de dívida líquida sobre o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é apresentado da seguinte forma:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		<u>(reapresentado)</u>
Total dos empréstimos (Nota 12)	1.343.980	1.384.852
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	<u>(518)</u>	<u>(3.296)</u>
Dívida líquida	<u>1.343.462</u>	<u>1.381.556</u>
Total do patrimônio líquido	<u>202.751</u>	<u>174.547</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>1.546.213</u>	<u>1.556.103</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>87</u>	<u>89</u>

A SuperVia mantém, contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e investimentos. Os recursos da SuperVia administrado pela F.L.O.S.P.E., em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 104.479 (em 31 de dezembro de 2016 - R\$ 122.683). Vide Nota 21.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

A Companhia possui ativos ao valor justo, derivativos ou ativos na categoria de disponíveis para venda.

	Empréstimos e recebíveis	
	2017	2016
		(reapresentado)
Ativos, conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	518	3.296
Contas a receber e outros ativos	252.061	199.463
Sociedades ligadas	104.478	122.683
	357.057	325.442
	Outros passivos financeiros	
	2017	2016
		(reapresentado)
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	1.343.980	1.384.852
Fornecedores, concessão a pagar e outros passivos	208.209	178.160
Parcelamentos	26.006	44.016
Sociedades ligadas	252.782	188.409
	1.830.977	1.795.437

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
		(reapresentado)		(reapresentado)
Caixa e bancos	1	2.541	492	3.264
Fundo fixo	26	32	26	32
	27	2.573	518	3.296

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Contas a receber bilheteria (a)	7.938	3.891	7.938	3.891
Outras contas a receber (b)	13.899	10.908	20.666	19.077
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (c)	54.260	50.117	54.260	50.117
Contas a receber Teleférico do Rio de Janeiro (d)	26.491	26.490	26.491	26.490
Contas a receber Estado do Rio de Janeiro reequilíbrio de energia (Nota 1)	86.855	54.520	86.855	54.520
Outras contas a receber do Estado do Rio de Janeiro (e)	44.265	33.958	44.265	33.958
	233.708	179.884	240.475	188.053
Menos				
Ativo circulante	(92.593)	(75.247)	(99.360)	(83.416)
Ativo não circulante	141.115	104.637	141.115	104.637

- (a) Valores correntes a receber de: (i) bilhetes adquiridos nas estações da Companhia, pagos em espécie, cuja coleta e correspondente depósito na sua conta-corrente da Companhia é responsabilidade do prestador de serviço de transportes de valores; e (ii) vale-transporte eletrônico administrados pela Fetranspor.
- (b) Valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária da Companhia, aluguel de espaço publicitário e comerciais.
- (c) Valores pagos pela Companhia decorrentes de processos sucessórios trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado, conforme previsto no 6º aditivo ao contrato de concessão. O saldo está sendo classificado no ativo não circulante.
- (d) Valores a receber pela prestação de serviço de operação no sistema Teleférico, sendo calculados pelos custos de prestação de serviço mais margem de 10% e notas de débitos referentes ao reembolso de gastos empregados na prestação do serviço.
- (e) Valores a receber decorrentes da gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais, conforme Lei Estadual nº 4.510/2005.

8 Investimentos

(a) Investimentos em controlada direta

	Ações possuídas pela Companhia	Participação da Companhia no capital social votante - %	Ativo circulante e não circulante	Passivo circulante e não circulante	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício
SC Empreendimentos e participações S.A.	1.000.000	99,99	33.257	31.494	1.763	(592)
Em 31 de dezembro de 2017	1.000.000	99,99	33.257	31.494	1.763	(592)
Em 31 de dezembro de 2016	1.000.000	99,99	34.854	32.499	2.355	2.170

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A SC Empreendimentos e Participações S.A. (“SC”) têm como objetivo a exploração de imóveis cedidos na concessão e aluguel de espaços publicitários.

Conforme previsto na cláusula oitava do contrato de concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, a concessionária constituiu a SC como empresa subsidiária com o objetivo de explorar serviços complementares ou serviços adicionais, nas áreas integrantes da concessão inclusive nos espaços aéreos das linhas, estações, construções e terrenos utilizados para obtenção das receitas, desde que não acarrete prejuízo à normal prestação dos serviços.

Movimentação do investimento:

	SC Empreendimentos e Participações S.A.
01 de janeiro de 2016	185
Equivalência patrimonial	2.170
31 de dezembro de 2016	2.355
Equivalência patrimonial	(592)
31 de dezembro de 2017	1.763

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta o resumo das informações financeiras da controlada:

i Balanço Patrimonial sintético

	SC Empreendimentos Participações S.A.	
	2017	2016
Circulante		
Ativo	32.743	34.247
Passivo	(31.494)	(32.064)
	<u>1.249</u>	<u>2.183</u>
Não Circulante		
Ativo	514	607
Passivo	-	(435)
	<u>514</u>	<u>172</u>
Patrimônio Líquido	<u>1.763</u>	<u>2.355</u>

ii Demonstração do resultado sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A Em reais	
	2017	2016
Receita Bruta	13.145	20.254
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(1.216)	(2.724)
Receita Líquida	11.929	17.530
Custos/Despesas Totais	(12.633)	(13.350)
	<u>(704)</u>	<u>4.180</u>
Resultado Financeiro	270	(1.237)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(158)	(773)
(Prejuízo) lucro do exercício	<u>(592)</u>	<u>2.170</u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

iii Demonstração dos fluxos de caixa sintética

	SC Empreendimentos e Participações S.A	
	Em reais	
	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa gerado pelas operações	2.932	5.534
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(137)	(638)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>2.795</u>	<u>4.896</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	(152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortizações de Empréstimos	(3.027)	(5.189)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.027)</u>	<u>(5.189)</u>
Aumento de caixas e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(232)</u>	<u>(445)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	<u>724</u>	<u>1.169</u>
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u><u>492</u></u>	<u><u>724</u></u>

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Infraestrutura - consolidado

O custo de investimento em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão é considerado como ativo intangível. O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização, sendo seu valor calculado em função da curva de demanda de passageiros. A curva de demanda de passageiros é determinada através de um modelo econométrico que utiliza uma regressão linear múltipla juntamente com projeções macroeconômicas. A administração entende este método como o que melhor reflete o padrão de consumo da entidade do benefício econômico futuro do ativo.

(b) Outorga de concessão

A Companhia possui ativo intangível relacionado com o direito de outorga da concessão para exploração do sistema ferroviário, sendo amortizado pelo método linear de acordo com o prazo da concessão de 50 anos que finalizará em 2048.

O valor da outorga, decorrente do Contrato inicialmente firmado, é corrigido pelo IGP-M e, em 31 de dezembro de 2017, o saldo monta R\$ 10.866 (Notas 1 e 11).

Em 31 de dezembro de 2017, o direito de outorga pago decorrente do oitavo e nono aditivos contratuais, monta a R\$ 1.422.049 (R\$1.385.405 em 2016) por meio da realização de investimentos (Nota 1), considerado como contrato de execução, nos termos do OCPC 05.

(c) Intangível em construção

Refere-se à realização de investimentos tais como revitalização de material rodante e inclusão de ar-condicionado nos trens, revitalização de via permanente, aquisição de novo sistema de sinalização, conforme programa de investimentos adotado pela Companhia.

(d) Amortização

A Companhia realiza anualmente revisão de vida útil de seus ativos e ajusta a taxa de amortização de acordo com a curva de demanda para o grupo de ativos de infraestrutura até o prazo final da concessão que se encerra em 2048.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Fornecedores - Moeda Nacional (a)	161.341	128.825	161.474	128.987
Fornecedores - Moeda Estrangeira	1.123	5.546	1.123	5.546
	162.464	134.371	162.597	134.533
Circulante	67.687	88.306	67.820	88.468
Não Circulante	94.777	46.065	94.777	46.065

- (a) A Companhia tem política de fluxo de giro de pagamento à fornecedores em 60 dias, tendo como principal fornecedor a empresa Light Serviços de Energia S.A., cujo o montante de R\$ 86.855 encontra-se em processo judicial transitando na 16ª Vara de Fazenda Pública, referente ao desequilíbrio econômico financeiro do Contrato de Concessão por valores que cabem ser liquidados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Nota 1).

11 Concessão a pagar - Consolidado

A concessão de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro foi estipulada inicialmente pelo prazo de 25 anos, prorrogando em novembro de 2010 por igual período conforme Nota 1. O contrato foi assinado em 17 de setembro de 1998, no montante de R\$ 28.000, dos quais R\$ 8.400 foram pagos à vista. Conforme permitido no Edital de Licitação, este montante foi pago com Certificados de Privatização, comprados anteriormente com um deságio de R\$ 2.135, reduzindo o valor do adiantamento para R\$ 6.256.

O saldo restante após 60 meses de carência está sendo pago em 240 parcelas mensais corrigidas pela variação do IGP-M. Até 31 de dezembro de 2017, foram pagas 170 parcelas, e o saldo remanescente, ajustado a valor presente, é de R\$ 22.450 (R\$ 25.589 em 2016).

	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Ativo		
Outorga da concessão	25.865	25.865
Amortização acumulada	(14.999)	(14.647)
Intangível (Nota 9)	10.866	11.218
Passivo		
Circulante	3.572	3.572
Não circulante	18.878	22.017
Concessão a pagar	22.450	25.589

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais (%)	Consolidado	
		2017	2016 (reapresentado)
BNDES (a)	TJLP + 2,63 e pré 5,63	1.008.464	1.052.881
Debêntures Infraestrutura (b)	IPCA + 7,5	370.009	360.393
Outras instituições financeiras (c)	IGPM e CDI + 1,8 a 7,68	259	3.359
Banco ABC Brasil (d)	CDI+3,12	-	6.185
(-) Custo de transação (e)		(34.752)	(37.966)
		1.343.980	1.384.852
Circulante		(86.926)	(67.209)
Não Circulante		1.257.054	1.317.643

- (a) Linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$1.635.927, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, conforme Nota 1. O valor liberado até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.066.203. O valor amortizado em 2017 foi de R\$ 139.735 (2016 – R\$ 115.441) (Nota 22).
- (b) Emissão de Debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações e mantidas até o vencimento no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento da Companhia, o valor será pago em 17 parcelas pagas semestralmente com a primeira parcela vencendo em novembro de 2018 e a última parcela em novembro de 2026. O valor amortizado de juros em 2017 foi de R\$ 26.656 (2016 – R\$ 25.785) (Nota 22).
- (c) Empréstimo contratado para pagamento de investimentos não financiáveis pelo BNDES contidos no plano de investimentos.
- (d) Empréstimo adquirido pela controlada SC para aquisição de imóvel localizado na Cidade do Rio de Janeiro, que foi pago em 37 parcelas mensais, sendo que a primeira parcela teve seu vencimento em julho de 2014 e a última parcela teve seu vencimento em julho de 2017.
- (e) Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Principais cláusulas restritivas – Empréstimo BNDES e Debêntures de Infraestrutura

A Companhia obriga-se em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes destes contratos, a constituir e manter, durante toda a vigência conta reserva aberta junto ao banco depositário (Banco Itaú S.A) na qual deverão permanecer depositados recursos correspondentes ao saldo mínimo estabelecido no Contrato. A Companhia mantém esta conta reserva através de sua gerenciadora de recursos FLOSPE Empreendimentos e Participações S.A e pagamentos denominada para este contrato conforme apresentado na Nota 21.

Para fins exclusivos de distribuição de qualquer recurso aos acionistas, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) não pode ser inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) ao longo de todo o prazo do financiamento, calculado ao final de cada exercício. Caso o ICSD seja inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a Companhia não poderá distribuir qualquer recurso aos acionistas. Se o ICSD for inferior a

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1,2 (um inteiro e dois décimos) (ICSD < 1,2) a Companhia deverá depositar na conta reserva o equivalente a 1/6 (um sexto) do valor da próxima prestação de amortização programada e de juros remuneratórios.

As operações de mútuo com coligadas, controladas e controladoras deverão ser limitadas a R\$ 100 (cem mil reais) anuais e deverão ser informadas imediatamente ao BNDES e aos debenturistas.

A Companhia não deve conceder preferência a outros créditos, fazer amortização de ações, emitir debêntures e partes beneficiárias e assumir novas dívidas de qualquer espécie sem a prévia autorização do BNDES e dos debenturistas, ressalvadas aquelas já previstas em contrato.

Todas as obrigações contraídas pela Companhia relativas a estes contratos foram cumpridas em 31 de dezembro de 2017.

Prazos de vencimento

O montante de empréstimos e financiamentos em longo prazo tem a seguinte composição, por ano e vencimento:

	Consolidado	
	2017	2016
		(reapresentado)
2018	-	79.328
2019	101.678	99.898
2020	101.653	99.861
2021	101.595	99.807
2022	101.592	99.806
2023	101.591	99.806
2024 em diante	748.945	739.137
	1.257.054	1.317.643

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Parcelamentos

	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
Cedae (a)	3.027	4.817
Light (b)	22.979	39.199
Total	26.006	44.016
Circulante	17.700	17.700
Não circulante	8.306	26.316

- (a) Em 21 de junho de 2009, a Companhia celebrou Termo de Transação Com Quitação Geral com a Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro, para pagamento da dívida acumulada no período de janeiro de 1999 a maio de 2009, onde, as partes chegaram a um consenso, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Cedae a importância total de R\$ 10.958, dividida em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, corrigidas anualmente, pelo IGPM/FGV.
- (b) Em 06 de maio de 2016, a Companhia celebrou acordo Termo de Quitação e Outras Avenças com a Light Serviços de Energia S.A., para pagamento de dívida acumulada de janeiro de 2015 a fevereiro de 2016, por meio do qual a Companhia se comprometeu a pagar à Light a importância total de R\$ 48.661 dividida em 36 (trinta e seis) parcelas mensais fixas.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui registros de seus créditos tributários diferidos decorrentes dos prejuízos para fins de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e adições temporárias suportado pelo modelo financeiro adotado no plano geral de negócio aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal

	Consolidado	
	2017	2016
		(reapresentado)
Prejuízo fiscal	461.655	436.983
Base negativa	471.413	446.740
Provisão para Contingências	25.366	36.572
Participação no resultado	6.138	6.952
Imposto de renda 25%	121.017	117.855
Contribuição social 9%	44.445	43.306
	165.462	161.161

Passivo imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2017	2016
		(reapresentado)
Amortização do intangível	231.676	157.584
Ajuste a valor presente - Concessão a pagar	4.150	5.594
Imposto de renda 25%	58.956	40.794
Contribuição social 9%	21.224	14.686
	80.180	55.480

Em 31 de dezembro de 2017, o imposto de renda e a contribuição social diferidos líquidos montam a R\$ 85.282 (em 31 de dezembro de 2016 – R\$ 105.681).

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Período estimado de realização do ativo

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios na data prevista de tais projeções.

O saldo do ativo diferido apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano	Consolidado	
	2017	2016 (reapresentado)
2017	-	3.368
2018	-	8.385
2019	-	13.405
2020	5.914	17.002
2021	31.436	21.359
2022	44.198	90.904
2023	15.260	2.492
2024	2.310	4.246
2025	3.936	-
2026	62.408	-
	<u>165.462</u>	<u>161.161</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados na demonstração do resultado está apresentada no quadro abaixo:

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.153	26.694	47.311	27.467
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal (nominal) combinada	(16.032)	(9.076)	(16.086)	(9.339)
Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL				
Adições e exclusões permanentes	(2.715)	(2.555)	(2.836)	(2.725)
IR e CSL constituídos de anos anteriores	-	13.072	(158)	13.469
Crédito tributário não reconhecido	-	-	(26)	-
Resultado de participações societárias	(201)	738	-	-
Efeito IR/CSL resultado - Lucro Real	(18.948)	2.178	(19.106)	1.405
Composição do IR e da CSL				
IR/CSL Lucro Real - Corrente	-	-	(158)	(773)
IR/CSL Lucro Real - Diferido	(18.948)	2.178	(18.948)	2.178
Total do IR e CSL resultado - Lucro Real	(18.948)	2.178	(19.106)	1.405

Ativo	31/12/2016 (reapresentado)	Constituição	(Realização)	Transferência	31/12/2017
Contrapartida no resultado:					
Prejuízo fiscal e base negativa	146.528	9.839	-	-	156.367
Provisão para contingências	12.435	-	(2.801)	-	9.633
Provisão para participação nos resultados	2.199	452	(1.738)	-	913
Subtotal	161.161	10.292	(4.540)	-	166.913
Contrapartida em sociedades ligadas e controladas:					
Utilização de PF e BN no PERT	-	-	-	(1.451)	(1.451)
Total dos créditos tributários diferidos ativos	161.161	10.292	(4.540)	(1.451)	165.462
Passivo					
Contrapartida no resultado:					
Diferença na estimativa da amortização contábil x fiscal	53.578	(21.926)	47.117	-	78.769
Ajuste a valor presente de concessão a pagar	1.902	(491)	-	-	1.411
Subtotal	55.480	(22.417)	47.117	-	80.180
Total dos débitos fiscais diferidos passivos	55.480	(22.417)	47.117	-	80.180
Total dos tributos diferidos líquidos	105.681	32.709	(51.657)	(1.451)	85.282

15 Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o capital social da Companhia é de R\$ 379.240 (R\$ 359.300 integralizado e R\$ 19.940 a integralizar), representado por 37.923 em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 100,00% pertencem a Rio Trens Participações S.A. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da assembleia geral.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Provisões para contingências e depósitos compulsórios e judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa, como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

- (a) A Companhia apresenta os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2017	2016	2017	2016
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Contingências trabalhistas e previdenciárias (c) (i)	10.024	8.573	3.468	4.117
Reclamações cíveis (c) (ii)	17.129	5.962	21.898	32.455
	<u>27.153</u>	<u>14.535</u>	<u>25.366</u>	<u>36.572</u>

A administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e não existe necessidade de provisões adicionais às demonstradas acima.

- (b) A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)	4.117	32.455	36.572
Adições	-	522	522
Pagamentos	(614)	(11.079)	(11.693)
Reversão líquida	(35)	-	(35)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.468</u>	<u>21.898</u>	<u>25.366</u>

A Companhia estima provisões para processos de perdas prováveis, com base no histórico de desfechos em seus processos cíveis e em taxa média de êxito calculada em conjunto com seus assessores jurídicos externos. Desta forma, a administração entende que a provisão contabilizada representa a melhor estimativa/expectativa de perda em 31 de dezembro de 2017.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:
- i Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de ex-empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões.
 - ii Ações cíveis - consistem, principalmente, em reclamações de natureza cível e ações de responsabilidade civil incidentes sobre a operação e depósito elisivo no processo de pedido de falência impetrado pela Light no valor de R\$ 12.541 (Nota 1).
- (d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, nos montantes estimados de R\$ 349.338 e R\$ 102.219 (2016 – R\$ 295.240 e R\$ 72.190), respectivamente.

17 Receitas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de construção (a)	97.930	186.586	97.930	186.738
Receita de operação				
Bilheteria	615.625	617.946	615.625	617.946
Aluguéis de espaços publicitários e comerciais (Nota 7 (b))	29.000	1.351	42.144	21.453
Direito de passagem e outras receitas (b)	3.476	3.912	3.476	3.912
Receita Estado do RJ - Gratuidade (c)	10.219	8.383	10.219	8.383
	658.320	631.592	671.464	651.694
Impostos sobre serviços, deduções e abatimentos	(15.247)	(10.461)	(16.462)	(13.185)
	<u>741.003</u>	<u>807.717</u>	<u>752.932</u>	<u>825.247</u>

- (a) Receita de construção refere-se aos investimentos, representados principalmente pela aquisição de ativos e serviços, para a realização de melhorias na infraestrutura do sistema ferroviário.
- (b) Receita decorrente da cessão do direito de passagem a composições da MRS Logística pela malha ferroviária da Companhia de alugueis de espaços publicitários e comerciais e da prestação de serviço de operação do sistema Teleférico encerrado em fevereiro de 2016.
- (c) Total de receita registrada de gratuidade concedida a estudantes e deficientes, cujo pagamento é garantido pelo contrato de concessão.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e benefícios a empregados	161.264	157.247	161.264	157.257
Materiais	22.775	27.796	22.775	27.796
Energia elétrica	76.431	67.596	77.002	67.745
Segurança	25.415	28.334	29.403	29.189
Limpeza e higienização	13.996	14.509	15.221	14.951
Manutenção e conservação	7.835	13.767	7.835	13.767
Outros serviços prestados	8.913	13.326	8.913	13.326
Custos administrativos	10.262	12.480	10.768	13.253
Custos com amortização	59.545	49.737	59.545	49.737
Custos dos serviços prestados	386.436	384.792	392.726	387.022

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Contingências	1.919	11.290	1.939	11.290
Salários e benefícios a empregados	27.490	28.731	29.919	33.698
Honorários da administração	5.670	6.007	5.670	6.007
Consultoria	4.942	5.248	6.267	5.815
Assessoria jurídica	13.680	12.351	13.809	12.513
Frete	3.137	2.657	3.198	2.744
Outras despesas	10.968	12.180	11.830	15.263
Despesas gerais e administrativas	67.806	78.464	72.632	87.330

20 Receita e despesas financeiras líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Juros empréstimos bancários	(98.377)	(98.303)	(98.635)	(99.939)
Variação monetária concessão a pagar	(2.386)	(3.335)	(2.386)	(3.335)
Impostos sobre operações financeiras	(611)	(2.402)	(611)	(2.402)
Remuneração por garantia (Nota 21 (iii))	(10.559)	(14.179)	(10.559)	(14.179)
Juros com empréstimos com partes relacionadas (Nota 21 (iv))	(21.711)	(15.894)	(21.711)	(15.894)
Outras despesas financeiras	(12.027)	(14.176)	(12.164)	(14.189)
	(145.671)	(148.289)	(146.066)	(149.938)
Receita financeira				
Variações monetárias	2.022	3.502	2.206	3.605
Receita aplicação financeira	8.492	16.292	8.487	16.298
Outras receitas financeiras	280	38	766	340
	10.794	19.832	11.459	20.243
Resultado financeiro líquido	(134.877)	(128.457)	(134.607)	(129.695)

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Partes relacionadas

Transações e saldos

	Controladores		SC Empreendimentos e Participações S.A		FLOSPE Empreendimentos	
	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)	2017	2016 (reapresentado)
Outras contas a receber (i)	-	-	31.271	26.017	-	-
Conta corrente (gestão de caixa) (ii)	-	-	-	-	104.479	122.683
Remuneração por garantia (iii)	60.775	50.216	-	-	-	-
Contratação de mútuo (iv)	192.007	138.193	-	-	-	-
Despesas financeiras (Nota 20)	32.270	30.073	-	-	-	-

- (i) Refere-se a contrato de prestação de serviços via reembolso de despesas incorridas pela Companhia compartilhadas com a empresa controlada SC Empreendimentos e Participações S.A.
- (ii) Em 2013, a Companhia firmou contrato com empresa coligada denominada F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A. (F.L.O.S.P.E.), controlada pela Rio Trens Participações S.A. (RTP), para gerenciamento de recursos e pagamentos a fornecedores dos valores referentes ao seu programa de investimento (Nota 12 (c)) e gestão de seu caixa. Os créditos a serem recebidos junto a F.L.O.S.P.E. em 31 de dezembro de 2017 montam a R\$ 104.479. O contrato de prestação de serviços com a Companhia prevê pagamentos mensais à F.L.O.S.P.E. de R\$ 232 (R\$ 216 em 2016) a título de taxa de administração pela prestação do serviço acima mencionado (R\$ 2.784 em 2017 e R\$ 2.592 em 2016).
- (iii) Em 2015, a Companhia firmou contratos de remuneração por garantias prestadas com as Controladoras para suporte financeiro dos principais empréstimos contratados (Nota 12).
- (iv) Em 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a Controladora Odebrecht Mobilidade S.A no valor de R\$ 122.299. Em 2017, foi adicionado o valor de R\$ 32.102, totalizando R\$ 154.401, a ser pago em parcela única em abril de 2019, com encargos financeiros anuais de CDI + 5% ao ano.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Demonstrações dos fluxos de caixa (Consolidado)

Abaixo estão demonstradas movimentações das atividades de financiamentos e investimentos que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa e, portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa nos exercícios nessas rubricas.

Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Itens que não afetam o caixa		2017
	2016 (reapresentado)	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados	
BNDDES	1.052.881	-	(50.539)	(89.196)	95.318	1.008.464
Debêntures Infraestrutura	360.393	-	-	(26.656)	36.272	370.009
Outras instituições financeiras	3.359	-	(3.321)	(61)	282	259
Banco ABC Brasil	6.185	-	(3.027)	(2.939)	(219)	-
(-) Custo de transação	(37.966)	-	-	-	3.214	(34.752)
Total	1.384.852	-	(56.887)	(118.852)	134.867	1.343.980

	Fluxo de caixa das atividades de investimento		Itens que não afetam o caixa			2017
	2016 (reapresentado)	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	
Ativo intangível	1.545.416	55.524	(2)	(64.617)	36.711	1.573.032

	Fluxo de caixa das atividades de financiamento			Itens que não afetam o caixa		2016 (reapresentado)
	2015	Novos empréstimos	Pagamento de empréstimos	Juros pagos	Juros provisionados	
BNDDES	920.924	150.481	(31.378)	(84.063)	96.917	1.052.881
Debêntures Infraestrutura	337.983	-	-	(25.785)	48.195	360.393
Outras instituições financeiras	127.582	6.185	(129.604)	(8.122)	7.318	3.359
Banco ABC Brasil	14.167	-	(5.189)	(4.172)	1.379	6.185
(-) Custo de transação	(38.607)	(3.060)	-	-	3.701	(37.966)
Total	1.362.049	153.606	(166.171)	(122.142)	157.510	1.384.852

	Fluxo de caixa das atividades de investimento		Itens que não afetam o caixa			2016 (reapresentado)
	2015	adições	baixas	amortização	Juros capitalizados	
Ativo intangível	1.423.865	118.434	(92)	(54.619)	57.828	1.545.416

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Cobertura de seguros

Conforme definido no contrato de concessão, cabe à Companhia manter em vigor as apólices de seguro necessárias, com o objetivo de garantir a efetiva cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das atividades abrangidas pela concessão, referentes a danos materiais, responsabilidade civil, lucros cessantes, cobertura da execução das obras do Programa de Recuperação de Material Rodante e do Programa de Serviços e Obras e seguros obrigatórios contra acidentes de trabalho de seus próprios empregados ou de suas subcontratadas.

A administração da Companhia entende que o montante segurado é suficiente para cobrir todos os riscos eventualmente existentes.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros.

Ramos	Importâncias seguradas	Prazo de vencimento
Responsabilidade civil	50.000	04/09/2018
Risco Operação	252.000	04/09/2018
Responsabilidade civil/diret./acionistas	30.000	04/07/2018

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *

